

Neuma Brilhante Rodrigues*

PARA A UTILIDADE DO ESTADO E “GLÓRIA À NAÇÃO”:
A REAL CASA PIA DE LISBOA NOS TEMPOS DE PINA MANIQUE (1780-1805)

Resumo: Diogo Ignácio de Pina Manique criou a Casa Pia de Lisboa em 1780 e esteve à frente de sua administração até muito próximo de sua morte em 1805. Essa instituição destinava-se a receber marginais da sociedade portuguesa de então. Os jovens recebiam especial atenção e tinham acesso à instrução pautada nas mais modernas concepções do conhecimento de então. Os colégios da Casa Pia tornaram-se um significativo instrumento de divulgação das Luzes em Portugal durante o período em que foi diretamente supervisionados por aquele poderoso Intendente Geral de Polícia.

Abstract: Pina Manique founded the Real Casa Pia de Lisboa in 1780 and was its director until his death in 1805. This institution, which included various schools, was intended to provide an Illustrated and technical education to young outcasts and served as a main channel for the Enlightenment ideas in Portugal.

Palavras-chave: Educação, Casa Pia, Ilustração.

Keywords: Education, Casa Pia, Enlightenment.

Em 1760 foi criada a Intendência Geral de Polícia da Corte e do Reino em Lisboa, tendo por seu primeiro intendente o desembargador do Paço Inácio Ferreira Souto, amigo pessoal do Conde de Oeiras, futuro marquês de Pombal. A criação desta instituição fazia parte do processo de formação do que Foucault chamou de governamentalidade, que tem como uma de suas principais características a constituição de um corpo de saberes específicos, que instrumentalizam o soberano e seus assessores no exercício do poder, que agora tinha por foco principal a população¹. Governar cada vez mais deixava de ter na distribuição da justiça

* Doutora em História pela Universidade de Brasília. Endereço eletrônico: nbrilhante@gmail.com

¹ Foucault definiu governamentalidade como: “1) o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. 2) a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de

seu principal papel, concedendo espaço para o governo político, englobando a tomada de medidas vistas como necessárias para que o Reino fosse libertado dos seus inimigos internos e externos. As ações do governo direcionavam-se para fins determinados, a partir de uma razão própria do Estado, usando para tal a prática da administração ativa. (SUBTIL, 1998)

A população, vista então como possuidora de dinâmica própria, ocupara lugar central nas preocupações do governo político, levando à tomada de medidas intervencionistas que buscavam aprimorar a sua condição. Ao intendente geral de polícia coube uma série de ações que deveriam promover o ordenamento das cidades e garantir a civilidade das mesmas. O alvará de criação desse cargo, datado de 25 de junho de 1760, responsabilizou-o pela investigação e encaminhamentos à justiça de “todos os crimes de armas proibidas, insultos, conventículos, sedições, ferimentos, latrocínios, mortes”, bem como todos os delitos previstos na legislação.

O controle da sociedade exigia o seu conhecimento. Assim, não apenas os marginais foram objeto da observação da intendência. Os ministros de bairro deveriam também recolher informações a cerca dos ofícios, do modo de vida e das condições de subsistência de todos os moradores das freguesias. Atenção especial deveria ser dada aos “ociosos” e “libertinos”, sobre os quais as inquirições deveriam ser mais detalhadas. O alvará obrigava a apresentação dos novos moradores e dos visitantes ao ministro de bairro, o que buscava evitar, por exemplo, o arrendamento de imóveis para pessoas cujo sustento não era comprovado. A entrada de estranhos ao ambiente deveria ser controlada e registrada. Tais medidas, contudo, não foram efetivas.

Tais dados poderiam vir a ser usados para futuras intervenções. Apesar das limitações dos resultados dessas medidas, a posse de tais informações pela Intendência Geral de Polícia trouxe-lhe a responsabilidade sobre o recrutamento para as tropas em finais dos setecentos.

Eram atribuições da Intendência Geral de Polícia, portanto, a promoção da disciplina pública, o aumento da população, a promoção da saúde, a regularidade do comércio e o incentivo à agricultura e às manufaturas.

Diogo Inácio de Pina Manique assumiu a direção da intendência em 1780, vinte anos depois da sua criação. Neste mesmo ano, no dia 15 de janeiro, foi lançado um novo Alvará que aumentou a autoridade do Intendente Geral, confirmou seu estatuto de Ministro, e determinou que passasse também a ocupar lugar no Conselho Real.

um conjunto de saberes. 3) o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado.” (FOUCAULT, 1999, 292).

Ele sintetizou suas atribuições nesse importante cargos nos seguintes termos: “O primeiro objeto do mesmo Intendente de Polícia é conciliar o amor dos vassallos para com seu Príncipe e o deste para com o daqueles.” (ANTT, IGP, 1793) A reabilitação de criminosos e o cuidado com as crianças desprovidas foram considerados como formas de manifestação desse amor. Para colocar em prática tão importante missão, o intendente criou a Casa Pia de Lisboa.

A iniciativa da criação dessa instituição vinculou-se ao surgimento de sociedades econômicas que compartilhavam da perspectiva de que o combate ao atraso português – idéia que se difundia em uma parcela significativa dos letrados – passava pela integração dos ‘marginais’ na boa sociedade e pela instrução dos jovens. (VAZ, 2002, 202) Promover tal integração convergiria no aumento da glória de Portugal.

Essa transformação de elementos nocivos em súditos úteis exigia a disciplina dos corpos e a educação para o trabalho, tornando-os pessoas capazes para o desempenho de atividades consideradas importantes para o engrandecimento de Portugal.

Foram criadas oficinas onde era ensinada a manufatura de tecidos, fios, além da botica. Em 1795, na intensa correspondência com ministros e com os reis em busca de apoio para aquela Instituição, Pina Manique destacou os resultados dos seus esforços nesta área. Informava que trouxera da Inglaterra um mestre em manufatura de lãs e brins, visto o interesse de Portugal em se desenvolver esta mão-de-obra. O sucesso desta iniciativa era comprovada, segundo o intendente, pela efetiva formação de mestres e de oficiais nesta manufatura. Por sua iniciativa, foi implantada uma fábrica na Vila de Pina Manique, cuja produção era vendida para a Marinha. Essa iniciativa teria resultado em grande economia para o Erário Régio, evitando-se que altas somas fossem enviadas ao estrangeiro, sem retorno, ponderava Pina Manique. Nesta oficina, o trabalho feminino mereceu destaque. Com o apoio régio para a difusão de tais iniciativas, concluiu o intendente, a Marinha lusa, inclusive a da Mercantil, teria seus tecidos fornecidos exclusivamente pela produção local. (ANTT, IGP, Livro III, 1795)

A diversidade de tipos encaminhados à Casa Pia levou à organização de diferentes “ramos”, nas palavras de Pina Manique. Para a recuperação dos adultos, havia oficinas onde mestres contratados ensinavam a homens e mulheres as tarefas da tecelagem de lonas, brins, cabos de laborar, tecidos de algodão e seda, meias, panos de linho e fiações para todas estas manufaturas. Existiam ainda duas casas de correção, uma para cada sexo. Os ‘corrigidos’ eram encaminhados para outra instalação, onde aprenderiam as “obrigações de Católicos Romanos, as Civis e a obediência cega que devem ter aos Príncipes”, tal como descreveu Pina

Manique ao Arcebispo de Tessalônica. O intendente apontava o grande número de casamentos entre os detentos como indício do bom resultado das ações da Casa Pia.²

Para os órfãos que fugiam da instituição, também havia duas Casas, uma para cada sexo, nas quais recebiam instruções quanto à sua condição e sofriam “pequena correção” para que melhorassem o comportamento.

Organização da Casa Pia de Lisboa	Nome da Casa	Público	Principais atividades
	Casa de Força N. S. do Carmo	Homens, mendigos e vadios	Fabricação de enxárcia ³ e tecelagem de lona, brim, linho, algodão e meias de seda e algodão.
	Casa da Correção de S. Margarida de Cortona	Mulheres	Costura e fiação de linho e de algodão
	N. S. da Conceição	Mulheres	Oriundas da casa de Santa Margarida que optaram pela vida religiosa
	S. José	Meninos de tenra idade	Tratados por mulheres e educados
	Casa de Educação de S. António	Meninos	Aulas de catecismo e as primeiras letras
	Colégio de São Lucas Evangelista	Rapazes	Aproximadamente 185 alunos, estudavam latim, francês, inglês, anatomia, desenho, arquitetura, botânica e farmácia ⁴
	S. Diogo	Rapazes	Alemão
	S. Isabel	Meninas	Aulas de Catecismo, leitura e escrita, costura e tecelagem de linho e algodão, e bordado

Tabela 1: Repartições da Casa Pia no ano de 1794. Tabela elaborada a partir das informações contidas em SILVA, 1896, 31-32.

Ações compreendidas como caridosas também eram realizadas pela Casa Pia. Sua botica, por exemplo, fornecia remédios feitos por ela aos pobres da corte encaminhados pelos párocos, médicos ou pelos ministros de bairro. Eram ainda fornecidos alimentação e vestuário aos que viviam honestamente. Foi determinada pelo próprio d. João VI a distribuição diária de

² Em 1785, foram realizados 91 casamentos de órfãos na Casa Pia. Os recém-casados que quisessem estabelecer-se nas regiões despovoadas do Alentejo e Algarve recebiam teares.

³ Conjunto dos cabos fixos que sustentam os mastros e dão acesso às vergas nas embarcações à vela.

⁴ Foram estudar em Coimbra 76 alunos oriundos deste colégio no ano de 1794.

aproximadamente 600 rações a pessoas que haviam servido ao Rei e ao Estado e que se encontravam sem condições de garantir seu sustento. Muitos militares encontravam-se nessa condição.

A notoriedade da Casa Pia, contudo, foi alcançada com o trabalho de instrução realizado com crianças e jovens, sendo chamada por Latino Coelho de “universidade plebéia.”(COELHO, 1885, 99) Nesse aspecto, destacavam-se os colégios S. José e o São Lucas Evangelista.

Os programas de tais colégios contemplavam conteúdos bastante inovadores, alguns deles oferecidos apenas pela Universidade de Coimbra e pelo Real Colégio dos Nobres. A ousadia do projeto e o sucesso alcançado por diversos egressos deveram-se à atuação de José Anastácio da Cunha na organização dos estudos e ao empenho pessoal de Pina Manique, que parece não ter medido esforços em tal empreendimento.

José Anastácio da Cunha e sua proposta de educação ilustrada

A organização dos estudos da Real Casa Pia estava a cargo de José Anastácio da Cunha. Ele foi artilheiro, matemático e poeta. Estudara no colégio da Congregação dos Oratorianos e ali tivera seus primeiros contatos com as matemáticas e com a filosofia natural. A Congregação do Oratório de S. Filipe Néri contou com a proteção de d. José I e de seu primeiro-ministro. Tal apoio materializou-se na renda anual de 12 mil cruzados e na doação dos recursos necessários à montagem de um moderno Gabinete de Física Experimental e de uma biblioteca com aproximadamente 24 mil volumes. Apesar de tal apoio, a ordem era observada de perto por Pombal e seus colaboradores.

Após sua passagem pela Casa das Necessidades, José Anastácio da Cunha, por volta de 1764, assentou praça no Regimento de Artilharia de Valença do Minho, que contava então com um terço do seu efetivo constituído por estrangeiros. Entre os quais, são normalmente associados ao seu nome o Coronel James Ferrier, então conhecido por Diogo, escocês, engenheiro de fortificações e professor de Artilharia; o tenente-general Simon Frazer, escocês; Ricardo Muller, inglês; Frederico Von Heymenthal, barão de origem alemã. Protestantes, maçons e leitores dos livros “proibidos”, esses homens conviviam com portugueses em reuniões e tertúlias literárias, animadas pela leitura e discussão de textos de Voltaire, Racine, Pope e Shakespeare. Como observou Ana Cristina Araújo, “o meio militar, com os seus postos-chave preenchidos por oficiais estrangeiros com boa formação em quartéis e lojas maçônicas, desempenhou um papel importante no processo de desarticulação

dos tradicionais mecanismos de reconhecimento cultural e social.” (ARAÚJO, 2003, 93) Tais práticas tornaram Valença do Minho um dos principais núcleos de divulgação das idéias ilustradas em Portugal. (RAMOS, 1988)

Nesse ambiente, o jovem e brilhante José Anastácio da Cunha logo chegou ao posto de Tenente e era figura freqüente em tais debates. Foi ainda responsável pela tradução de poesias e de outros textos que circulavam pelo regimento. Seus conhecimentos em matemática e em física levaram-no a ser indicado pelo próprio Pombal, em 1773, para ocupar a cátedra de geometria na recém-reformada Faculdade de Filosofia e Matemática da Universidade de Coimbra.

Em carta ao reitor Francisco Lemos, o marquês de Pombal buscou demonstrar que o dito tenente da Companhia de Bombeiros da Artilharia do Minho estava credenciado a ocupar a vaga de professor, apesar de nunca haver freqüentado universidades:

O dito militar é tão eminente na Ciência Matemática, que tendo-o eu destinado a ir à Alemanha aperfeiçoar-se com o Marechal-General, que me tinha pedido dois ou três moços Portugueses para os fazer completos, me requereu o Tenente-General Francisco MacLean que não o mandasse, porque ele sabia mais que a maior parte dos Marechais dos exércitos de França, de Inglaterra, e da Alemanha; e que é um daqueles homens raros, que nas Nações cultas costumam aparecer. (citado em QUEIRÓ, 2007)

José Anastácio teve dificuldades para se adequar à universidade. Fazia questão de dar aulas com sua farda de oficial de artilharia, ao invés de usar as casacas tradicionais, e chegou a afirmar que não era um homem de letras, e sim um soldado. (ESTRADA, 2006) Apesar de alguns percalços na universidade, José Anastácio logo passou a freqüentar reuniões e tertúlias, agora com outros professores da universidade e jovens fidalgos, tais como os irmãos d. Rodrigo, d. Domingos e d. José António de Souza Coutinho e d. José Maria de Souza, primo dos anteriores e herdeiro do Morgado de Mateus, entre outros.

A influência de José Anastácio na formação desses jovens era constantemente lembrada, tal como mostra a carta em que d. Rodrigo de Souza Coutinho, então em Turim, lamentava profundamente a morte de seu mestre com o amigo João Bezerra Seixas, ouvidor da Comarca de Vila Rica:

Vós podeis adivinhar o triste e melancólico estado em que me deixa a notícia da morte do nosso divino Anastácio, considerando a terna amizade que nos unia a este grande homem ao qual todos nós devíamos muito, tendo sido formados pelas suas luzes e pelas suas lições [...] Foi ele que nos

ensinou a amar a virtude e a estimarmo-nos reciprocamente... . (SILVA, 2002, 642)

Em Coimbra, escreveu obras sobre matemática e artilharia. Ainda em Valença do Minho, sob ordens de superiores militares, escreveu Ensaio sobre as Minas e Carta Físico-Matemática sobre a Teórica da Pólvora em Geral, e a Determinação do Melhor Comprimento das Peças em Particular – 1769. Graças à primeira, apresentada ao conde Lippe, foi promovido e teve seu soldo duplicado em respeito ao alvará de 15 de julho de 1763.

A vida de José Anastácio da Cunha sofreu um grande reverso em 1778, quando foi preso e condenado pela Inquisição de Coimbra por deísmo, tolerantismo, indiferentismo, amancebamento, leitura de livros proibidos, participação nas exéquias fúnebres de um cão e de não ir à missa. Esse episódio fez parte do processo de mudança sofrida pela Universidade quando José Francisco de Mendonça substituiu d. Francisco de Lemos na reitoria daquela instituição. Naquela ocasião, experimentou-se o aumento do controle do material lido pelos alunos e professores com o intuito de controlar a entrada das idéias consideradas sediciosas que vinham de outras localidades da Europa, marcadamente da França e da Inglaterra. (CURTO, 1999, 37)

Relacionava-se, igualmente com os novos objetivos da inquisição. Pombal promovera uma drástica reformulação da Inquisição em Portugal em 1774 e ampliou o controle do Estado sobre aquele tribunal. Os “heréticos da filosofia” e maçons, considerados inimigos da fé e do trono, passaram a ser os principais objetos de sua ação.⁵ (RAMOS, 1988, 173-174)

Em seu processo, José Anastácio reconheceu haver traduzido, de Voltaire, a oração final do Poema da Lei Natural e Maomé, e também A oração universal, de Alexander Pope. Para além dessas, foram-lhe atribuídas as traduções de Anacreonte, Virgílio, Horácio, Racine, Montesquieu e Shakespeare, entre outros. (MALATO & MARINHO, 2006)

Ele foi condenado à prisão por três anos na Casa da Congregação dos Oratorianos e quatro anos de degredo em Évora. Teve sua biblioteca confiscada e foi proibido de voltar a Coimbra e a Valença do Minho. Ao final dos três anos de reclusão na instituição onde começara seus estudos e onde contou com a companhia do recém-retornado Teodoro de Almeida – oratoriano célebre por seus estudos de filosofia natural e que estivera exilado de Portugal no final do período pombalino – José Anastácio da Cunha teve seu degredo

⁵ O novo regimento da inquisição introduziu alterações processuais expressivas: terminou com o segredo das testemunhas; os tormentos estariam restritos aos casos dos réus negativos (que negavam a culpa apesar das evidências) e os diminutos (que confessavam apenas parte das culpas); proibiu as sentenças de morte baseadas no depoimento de uma só testemunha, bem como os autos-de-fé públicos. (BARATA, 2006, 134)

perdoado, em inícios de 1781. Logo depois, foi convidado por Pina Manique para dirigir os estudos na Casa Pia.

Como entender que o poderoso intendente geral de polícia, retratado como um obstáculo ao desenvolvimento das luzes portuguesas, escolhesse um condenado por suas leituras sediciosas para organizar os estudos da instituição que receberia todas as suas atenções, até o momento de sua morte?

Sem dúvida, José Anastácio da Cunha era muito bem relacionado e isto deve ter contato para a escolha do intendente. Entre as diferentes pessoas influentes que conhecia, está a família de Inácio Ferreira Souto, o primeiro intendente geral, cuja filha Maria Ignácia era sua discípula. Os oratorianos provavelmente também influenciaram na decisão de Pina Manique, que também havia estudado no Convento das Necessidades. Antigos companheiros de Coimbra, tais como os Sousa Coutinho, mantiveram contato e certamente dispuseram-se a apoiá-lo.

Contudo, é possível supor que o principal motivo fosse o fato de Pina Manique e de José Anastácio da Cunha compartilharem do mesmo ideal de educação, entendida como meio de aperfeiçoamento humano e social, com especial ênfase na “utilidade social da ciência”. (ARAÚJO, 2003, 55)

Além disso, como observou Diogo Ramada Curto ao tratar da Tipografia do Arco do Cego, as agremiações culturais que surgiram então, além de promoverem o conhecimento e sua divulgação, também serviram como agentes de vigilância e controle desse mesmo saber. Elas constituíram-se em “uma forma de arregimentar intelectuais que, de outro modo, poderiam ter comportamentos sediciosos.” (1999, 49)

A crença na igualdade natural de todos os homens justificava os esforços de Pina Manique para criar um ambiente que propiciasse aos que nasceram nas condições mais adversas possíveis – e “que, a não terem esta educação, viriam muitos deles a serem Ladrões, outros a perecerem na tenra idade e outros a adquirirem moléstias com que serviriam de peso ao Estado” – a oportunidade de se tornarem úteis ao Estado e de, inclusive, servirem de Mestres aos Grandes do reino. (ANTT, IGP, Livro III, 1778, 18)

Durante a reclusão junto aos oratorianos e o trabalho na Casa Pia, José Anastácio escreveu o que veio a ser sua obra-prima: *Princípios Matemáticos*, para instrução dos alunos do Colégio de São Lucas, da Real Casa Pia do Castello de São Jorge. Publicada primeiramente em forma de fascículos, a versão completa veio a público em 1790, sob os

auspícios de Pina Manique. Um dia depois de terminar a última revisão do livro, José Anastácio faleceu. Era o dia 1º de janeiro de 1787.

Os Planos de estudos e os professores

Os valores da Ilustração orientaram José Anastácio da Cunha na organização dos planos de estudo da Casa Pia, apresentados ainda em 1781 e executados durante todo o período em que Pina Manique esteve à frente da Casa.

O plano de estudos organizado por José Anastácio da Cunha ordenou as atividades didáticas por critérios etários e de gênero. Os alunos mais velhos e adiantados freqüentavam o Colégio São Lucas, dedicado aos estudos científicos.

Cada uma das escolas possuía seu próprio regulamento, que estabelecia as rotinas diárias e os respectivos planos de estudos. O dia dos internos era dividido entre cuidados e higiene pessoal, refeições, orações e lazer. No Colégio São Lucas, por exemplo, os alunos tinham dois recreios ao longo do dia, antes das principais refeições. O responsável por aqueles momentos de liberdade era o reitor, que, além de não perder de vista os alunos, deveria procurar “os melhores meios” para que cada intervalo fosse “o mais ativo e o mais livre que a conservação da saúde dos alunos e a decência permitirem.” (Publicado em TAVARES, 1990)

Os Colégios dedicavam-se aos cuidados e à educação dos órfãos. Deve-se observar que na categoria ‘órfão’ estavam incluídas as crianças cujos progenitores não tinham condições de se responsabilizar por elas, fosse por questões econômicas, morais ou por viverem em locais distantes.⁶ Os colégios eram internatos.

Apesar de a principal meta ser a educação de órfãos, os professores poderiam aceitar qualquer pessoa que quisesse assistir às aulas, desde que com autorização do intendente. Tal prática manteve-se até 1860, quando a Casa Pia passou a abrigar exclusivamente órfãos. (SILVA, 1896, 20)

No Castelo de São Jorge, a educação dos meninos era dividida entre Estudos Menores, oferecidos no Colégio Santo Antônio, e as Classes Científicas para aqueles que demonstrassem capacidades. Os estudos menores, segundo o plano de Anastácio da Cunha, seriam divididos em classes de ler, escrever e contar; desenho; línguas latina, francesa e

⁶ Em documento provavelmente datado de 1828, encontramos a “Relação dos Órfãos que existem na Real Casa Pia, dos quais os Pais são vivos, declarando seus nomes e lugar de residência e empregos”. Como pais dos órfãos, encontramos: 1 major, sargentos, capitães, escrivão da Alfândega, criados da casa real, criadores, pilotos, soldados, 1 cirurgião, pedreiros, agricultores, mendigos e ausentes.

inglesa. Os alunos considerados aptos passavam a frequentar as Classes Científicas. As aulas de inglês e francês eram ministradas por estrangeiros.

O Colégio São Lucas recebeu especial atenção de José Anastácio. Ao ingressarem nas Classes Científicas, os alunos optavam por um dos dois cursos oferecidos: de matemática ou física. O primeiro era dividido em matemática pura; mecânica e ótica; e astronomia. Como disciplinas “adjuntas ao curso de matemática” estavam ainda geometria prática e navegação, engenharia e artilharia. O curso de física, por sua vez, era constituído de aulas de história natural e física experimental; química e princípios de várias artes, como metalurgia, tinturaria e agricultura; e, como curso adjunto, farmácia.

Para se entender o alcance desta proposta, é preciso lembrar que a primeira experiência de ensino sistemático das ciências naturais em Portugal deu-se com o malogrado Colégio dos Nobres. A própria reforma da Universidade de Coimbra, e a criação das Faculdades de Filosofia e de Matemática, contava então com apenas 10 anos.

A ampliação dos estudos foi rápida. O colégio oferecia aulas mais profissionalizantes, franqueadas ao público que tivesse interesse e algum conhecimento prévio. Ensinava-se, por exemplo, língua alemã e escrituração mercantil. Também foi aberto um curso de cirurgia, com aulas de “anatomia especulativa” oferecidas no próprio Castelo e aulas práticas no Hospital São José.

O sucesso da área cirúrgica da Casa Pia foi muito significativo. Muitos alunos continuaram seus estudos na Academia de Marinha e na de Fortificação, Artilharia e Desenhos, fundadas naquele período. Estavam também presentes na aula de pilotagem, nas escolas régias de filosofia e grego e na Aula do Comércio. Em Coimbra fora fundado o ‘Colégio de ciências naturais’⁷, onde viviam os que frequentavam as aulas na Universidade, chegando a receber 62 alunos. O projeto do intendente era da disseminação da Casa Pia em todas as províncias do Reino. Jovens oriundos das outras partes do Império português também foram aceitos na Casa Pia.

Alguns dos alunos foram enviados a Copenhague, Edimburgo e Londres para aprimorarem seus conhecimentos em obstetrícia. Tal atitude justificava-se pelo grande número de óbitos resultantes das complicações durante e após o parto em todo o reino. Segundo os propósitos da Casa Pia, tais alunos atuariam como propagadores do seu saber ao voltarem para Portugal, alguns dando aulas no Castelo de São Jorge. Escola de Belas Artes

⁷ Colégio aqui era usado no sentido de uma agremiação de alunos e não à uma instituição de ensino. Os alunos viviam neste estabelecimento, sob a direção de um diretor escolhido pelo Intendente, e frequentavam as aulas da Universidade.

em Roma, para onde iam aqueles que se destacam nas aulas de desenho. Entre esses estava Domingos António de Sequeira, um dos principais desenhistas da corte de d. João VI e autor de retratos de personagens como o próprio Príncipe Regente, de d. Rodrigo de Souza Coutinho, de Pedro de Sousa Holstein – futuro conde de Palmela, entre muitos outros.

Os estudos médicos não foram os únicos que levaram casapianos ao exterior. Os alunos que se sobressaíram em desenho e escultura puderam ter aulas de aperfeiçoamento em Roma. Mas as invasões napoleônicas na Itália fizeram com que os jovens artistas fossem transferidos para Florença e, de lá, retornassem a Lisboa.

O propósito do saber estava em sua utilidade, postulava o matemático José Anastácio. Em seu Ensaio sobre princípios de mecânica, afirmou que “o autor de um tratado puramente matemático, pode-se dizer que é um legislador, um criador; o autor de um tratado matemático de física é mero intérprete e comentador da natureza.” A matemática puramente abstrata, cuja verificação está em seus próprios princípios, gerava o que o autor chamou de “meros entes da razão”. Tais teóricos seriam culpados de terem

indignamente abusado do precioso tempo, se essas bem ajustadas e talvez elegantes teorias se não puderem aplicar à filosofia natural, se delas não poder tirar o gênero humano utilidade; e esta só consideração é que pode e deve por limites à imaginação do inventor.⁸

Em coerência com tais postulados, toda a estrutura do ensino oferecido pela Casa Pia pautava-se na concepção da utilidade, da promoção de saberes importante na formação de um novo homem, útil ao Estado e capaz de auxiliar no projeto maior que era solevar Portugal do atraso em que se encontrava.

Pina Manique compartilhou desta perspectiva. Após apresentar os sucessos de dois alunos do Colégio São Lucas, Manoel Pedro e Anastácio José ao ministro da Marinha e Domínio Ultramarino, Martinho de Melo e Castro, ele listou algumas das vantagens da manutenção e ampliação da Casa Pia, ressaltando a utilidade dos seus egressos para o Estado caso seu projeto contasse com meios físicos para não só manter-se, como também para ser expandido:

[...] se ganhariam outros muitos Indivíduos e aplicando-se às mesmas Matemáticas, feitos os seus exames públicos e sendo aprovados, podia Sua Majestade mandar-lhes sentar Praça nos Regimentos das Províncias e

⁸ Foi publicado pela primeira vez em Londres, em 1807, vinte anos após o falecimento de seu autor, pelo amigo D. Domingos de Sousa Coutinho, Conde de Funchal, possuidor do manuscrito autografado. Ver: *O Instituto: Jornal Científico e Litterario*, vol. III. Universidade de Coimbra: Coimbra, 1855, p. 212.

Colônias destes Reinos, com os Soldos de Oficiais Subalternos, por onde principiariam, e nomeá-los Lentes de Geometria Prática, Engenharia, Artilharia e Fortificação, com o que se conseguiria fazer em cada Corpo Militar uma Roda de Oficiais que utilizassem o Serviço de Sua Majestade, e o livrassem do infeliz estado em que se acham alguns Regimentos das Províncias, cheios de Soldados que não sabem nem escrever, inteiramente inábeis para serem nomeados Oficiais Inferiores. Ora, os progressos que poderão fazer estes Corpos Militares e os que farão aqueles que forem instruídos pelo modo que exponho, deixo eu à ponderação de V. Ex^a. (ANTT, IGP, 1786, Livro II, 261)

A ligação entre a Casa Pia e os militares, como veremos adiante, tornou-se ainda mais evidente com a escolha dos seus professores.

Em outra correspondência, o Intendente destacou a utilidade do ensino “das Ciências e da História Natural” para os jovens órfãos, que “com mais claros conhecimentos e maiores luzes se aplicarem à Agricultura” (ANTT, IGP, Livro I, 1782, 377), tida como a principal atividade econômica portuguesa.

A formação desse novo homem, útil ao Estado e capaz de buscar sua própria felicidade, não se dava apenas através do currículo. A prova disso foi o malogro do Real Colégio dos Nobres, cujo fracasso deveu-se à incompatibilidade entre a mentalidade de seu público alvo, a nobreza, e os valores da instituição, fincados na idéia do mérito. Ciente desse obstáculo, todas as atividades desenvolvidas no Colégio São Lucas foram pensadas de modo a inspirar a formação de homens com “*brio e espírito nobre*”, como afirmava seu regulamento. Aos professores, mestres, lentes e empregados da Casa Pia foram atribuídos importantes papéis na criação de um ambiente que, por seu caráter exemplar, deveria incutir nobreza naqueles jovens.

José Anastácio considerou necessário esclarecer que estava se referindo a uma nobreza específica: “bem entendido que se lhes deve explicar [aos alunos] e mostrar freqüentemente em que consiste a verdadeira honra e verdadeira nobreza”. Depreende-se dessa observação que, para o autor, existia uma falsa nobreza, e a ‘verdadeira’ poderia ser produzida pela compreensão e pelo exemplo, já que não se tratava de um traço nato.

A nobreza hereditária portuguesa, a fidalguia, era conhecida por seu comportamento soberbo, pelo desprezo diante de instituições e de leis e pela indolência, o que era considerado nocivo ao Estado por aqueles que ansiavam pela modernização de Portugal. Seus críticos apontavam que tal comportamento era resultante da inexistência de uma relação entre o merecimento pessoal e o recebimento de prêmios, privilégios e imunidades: esses eram concedidos independentemente do desempenho.

Esses pensadores não eram contrários à existência da nobreza, base do regime monárquico, mas acreditavam na urgência de sua “refundação”, para usar uma expressão de Fernando Dores Costa (1998, 1010) Era preciso valorizar uma nobreza legitimada pelo mérito e não pelo acaso do nascimento, e esse processo necessariamente passava pelo esforço pessoal de cada um para se provar merecedor.

Compartilhando tais concepções, José Anastácio da Cunha entendia haver uma nobreza verdadeira. Nas regras para o colégio, ele tratou do tema nos seguintes termos: “deve-se lhes fazer evidente que a verdadeira honra e a nobreza da alma se estribam e fundam na verdade, probidade e demais virtudes morais e na sincera e eficaz diligência de ser útil à Pátria e, em geral, ao próximo.” (TAVARES, 1990)

A proposta de estudos elaborado da Casa Pia estava bastante próxima da apresentada nas célebres Cartas sobre a Educação da Mocidade, escritas em 1760 por António Ribeiro Sanches, um dos grandes nomes da ilustração portuguesa do século XVIII. Essa obra é considerada um marco na renovação da educação em Portugal, juntamente com os Apontamentos para a Educação de um menino Nobre (1734), de Martilho de Mendonça, e Verdadeiro método de estudar (1746), de Luís António Verney.

Formado em medicina pela Universidade de Salamanca, Ribeiro Sanches viveu a maior parte da vida fora de Portugal depois de ter sido denunciado à Inquisição por práticas judaicas. Sanches era um ativo defensor da laicização do ensino, o que ele defendeu nas mencionadas Cartas sobre a educação da mocidade e no Método para aprender e estudar medicina, de 1763.

O primeiro desses escritos foi publicado pouco depois do fechamento das escolas jesuítas, no contexto da reforma da educação promovida por Pombal. Ribeiro Sanches defendia que a educação era uma questão do Estado, que se beneficiaria com a existência de súditos instruídos. Preocupava-lhe a articulação entre educação e poder.(GOUVÉIA, 1993, 378) Ele defendia a coerência entre o tipo de Estado e a educação. As pretensões reformistas pombalinas, portanto, exigiam a formação de um novo súdito, para o que a educação seria fundamental.

Um das principais críticas de Ribeiro Sanches à sociedade portuguesa dizia respeito às aspirações de pretensão dos nobres de serem premiados por haverem nascido em determinada família. Tal costume era um grande e nocivo equívoco, origem de vários dos principais problemas portugueses. A criação de privilégios e imunidades decorrentes do nascimento seria a causa de “costumes depravados”, da soberba e da falta de limites que caracterizavam

os atos daquela parcela da sociedade. A seu ver, a nocividade de tal sistema era agravada pela infeliz prática de os nobres reproduzem os hábitos da fidalguia.

A garantia de recebimento de prêmios, por seu turno, levava ao descaso diante do cumprimento das obrigações, à desobediência aos magistrados e ao próprio soberano, “vício maior que pode haver numa Monarquia”. Por fim, “perde-se toda a idéia da igualdade, da justiça e do bem comum que deve existir no ânimo do mais ínfimo Súdito.”(SANCHES, 2003, 25)

Diante disso, Ribeiro Sanches propunha a fundação de escolas militares voltadas para a educação de jovens nobres – proposta que veio a inspirar a fundação do Colégio dos Nobres –, cujo objetivo último seria promover a idéia de mérito:

Que a Nobreza e a Fidalguia fiquem tão bem instruídas, e tão bem morigeradas que obedeçam às Leis Pátrias, à subordinação dos Maiores, e que percam aquela idéia de que devem ser premiadas por descenderem de tal ou tal causa: e que fiquem no hábito de pensarem que só pelo seu merecimento chegarão. (SANCHES, 2003, 58, grifo meu)

A influência de Ribeiro Sanches em toda a concepção do Colégio São Lucas é evidente. Nos seus escritos está ainda o modelo do ensino a partir do que chamou de pensões, o aproveitamento dos alunos como professores nas escolas onde fossem necessários, o envio dos mais destacados para aprimoramento nas Universidades da Europa. Também era prevista a existência de alunos porcionistas, que não viveriam em sistema de internato. Todas estas proposições foram empregadas na Casa Pia.

Vicente António de Oliveira, um dos professores do Colégio, escreveu nos finais dos setecentos uma memória intitulada Sobre os meios de evitar as deserções. No texto, o autor associou o problema sistêmico da deserção aos abusos e privilégios da nobreza. Argumentou que o acaso, único fator que levava alguém a nascer em determinado grupo, não era razão legítima para a distinção e a preferência na ocupação de cargos e postos de comando, no caso específico dos militares. Para completar os prejuízos de tal hereditariedade, agregava o autor, o orgulho fazia com que a fidalguia desprezasse aqueles poucos que alcançavam altas posições sociais por suas próprias aptidões e esforços. (COSTA, 1998). Ele concluiu que a criação de prêmios e distinções poderia motivar os fidalgos a cumprir melhor suas obrigações, considerando-se que a vaidade, uma das principais forças que impulsionam o homem, os levaria sempre a buscar o destaque das premiações.

Para a formação dessa nova nobreza, os pensadores ilustrados que se voltaram para a educação destacaram a necessidade de que a aprendizagem se desse desde a mais tenra idade. A criação de um ambiente que promovesse a educação moral, intelectual e física dos jovens também está presente nas Cartas de Ribeiro Sanches.

Com foco no cultivo dos homens nobres, José Anastácio da Cunha determinou em seu Regulamento que os alunos fossem tratados de modo a alimentar o respeito por si e pelo próximo:

Os meninos tratarão uns aos outros por vocemecê e por senhor; e assim os tratarão os guardas e criados do Colégio e da Casa Pia. Os Lentes, Professores e demais pessoas de autoridade pertencentes ao Colégio e à Casa os tratarão por vocemecê, porém não por senhor. Logo, porém, que um aluno for admitido a qualquer dos dois cursos ou à Classe de Engenharia, ninguém o tratará senão por vocemecê e senhor.

O intendente, “como Pai dos Alunos da Casa Pia”, era o único “naturalmente excetuado” dessa norma.

O ambiente deveria ser marcado pela ponderação, o controle e a estima: “ninguém se atreverá a injuriar aluno algum”. As repreensões, por sua vez, por mais ásperas que fossem, deveriam “ser graves e decentes.” A escola era considerada moderna já por seu proponente porque pautada nos saberes úteis, em consonância com o que havia nos reinos mais civilizados da Europa: “A razão, a experiência e o exemplo das mais modernas e melhores Escolas reprovam todo castigo corporal, como também todo castigo que humilha demasiadamente e envilece.” Buscava-se a obediência pela razão e pelo amor, ao invés de pelo terror.

Todos os esforços empregados por Pina Manique e seus colaboradores baseavam-se na concepção de que “entre os Indigentes e Órfãos desamparados há gênios tão superiores, que serviriam de Glória à Nação, se esta lhes desse a mão para continuarem as suas aplicações”, como escreveria o intendente ao ministro Melo e Castro em 1786.

A formação desse ‘homem nobre’ era completada pela escolha de mestres que compartilhavam com o inspetor de estudos e com Pina Manique a mesma visão formadora da educação. As “classes científicas” contaram durante o período do intendente com um primoroso quadro de professores, “sem que houvesse outros Mestres mais hábeis para a Educação da Mocidade”. No ano de 1783, por exemplo, o Colégio São Lucas contava com o seguinte quadro de professores:

Curso de Matemática	Disciplinas	Professores
	Matemática pura	João Manoel de Abreu
	Mecânica e ótica	Vicente António de Oliveira
	Astronomia	Custódio Gomes de Villas Boas
	Disciplinas adjuntas	Professores
	Geometria prática e navegação	Monsieur Paganinni
Curso de Física	Engenharia e artilharia	conde Francisco Ferreri
	Disciplinas	Professores
	História natural e física experimental	Manoel Luiz Alves de Carvalho
	Química e os princípios de várias artes como metalurgia, tinturaria e agricultura	Manoel Joaquim Henriques de Paiva
	Disciplina adjunta	Professor
Farmácia	Manoel Joaquim Henriques de Paiva	

Tabela 2 - ANTT, IGP, Papéis Diversos – Documentos relativos à Casa Pia de Lisboa, e outros papéis diversos, Maço (589) 5, Doc. 85.

Ao observar o quadro de professores, algumas características destacam-se. Primeiramente, sobressai o número de militares e, mais especificamente, de artilheiros. Alguns deles seriam promovidos a altos postos do oficialato na virada do século. Outros ingressaram na Academia Real das Ciências e ocuparam importantes empregos régios em áreas técnicas. Muitos sofreram com a inquisição, tal como ocorrera com Anastácio.

João Manoel de Abreu, professor de matemática pura, foi discípulo de Anastácio da Cunha desde os tempos de Viana do Minho. Havia sido condenado pela Inquisição em 1778 e também recolhido a uma casa religiosa. Antes da morte de seu mestre, entrou no curso de matemática da Universidade de Coimbra e veio a ser professor da Academia Real da Marinha e sócio da Real Academia das Ciências de Lisboa. Esforçou-se em divulgar a obra de Anastácio da Cunha no exterior, apresentando-a em sociedades acadêmicas. Vivendo em Bordeaux durante alguns anos, publicou uma edição em francês da obra-prima de Anastácio em 1811.

Vicente António de Oliveira, professor de mecânica e ótica, era da Companhia de Bombeiros do Regimento de Artilharia de Estremoz. Em 1792, quando aluno do 4º ano de matemáticas em Coimbra, foi condenado “de modo leve” pela Inquisição devido às suas

idéias sobre a tolerância religiosa e por outras acusações.(RAMOS, 2001. 323) Viria a ser professor da Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho e ocupou o posto de tenente-general do Exército português no século XIX.

Manoel Joaquim Henriques de Paiva fora aluno de Vandelli e era sobrinho de Ribeiro Sanches. Foi condenado pela Inquisição em 1781, também acusado de deísmo, apostasismo, tolerantismo e indiferentismo. Sua carreira como homem de ciências foi notável. Ainda muito jovem, em companhia do pai e do irmão, estava entre os fundadores da Academia Científica do Rio de Janeiro. Em 1801, foi um dos responsáveis pela observação das reações à vacinação contra a bexiga, por ordem do Príncipe Regente. Os resultados do trabalho foram publicados na Gazeta de Lisboa em outubro daquele ano. (ALMEIDA, 1816, 45) Em 1785, ele publicara Farmacopéia lisbonense ou coleção dos símplices, preparações e composições mais eficazes, e de maior uso. No início do século seguinte, foi nomeado médico da Real Câmara e deputado da Real Junta de Proto-Medicato, censor na Mesa do Desembargo do Paço, e honrado com a comenda de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Acusado de apoiar os franceses durante a primeira invasão, perdeu as prerrogativas e foi condenado ao degredo na Bahia, sendo perdoado em 1816. Faleceu em Salvador, em 1829, como professor de farmácia do curso médico-cirúrgico. (MARQUES, 2005, 52)

Francisco Ferreri, da cadeira de artilharia e engenharia, era primeiro-tenente do Regimento de Artilharia de Valença do Minho, onde foi lente de fortificação e artilharia, e amigo de longa data de José Anastácio. Pina Manique interveio diretamente junto ao secretário de Negócios Estrangeiros e Guerra, Aires de Sá e Melo, para que recebesse uma licença de um ano para ensinar fortificação.

Custódio Gomes de Villas Boas, professor de astronomia do Colégio São Lucas, era oficial da artilharia e engenheiro. Escreveu, nos anos de 1794 e 1795, a Descrição Topográfica das Comarcas Fronteiras da província do Minho e do Mapa da Província de Entre Douro e Minho. Foi morto em Braga durante as invasões napoleônicas.

Por fim, Manoel Luiz Alves de Carvalho, da cadeira de história natural: nascido no Brasil, transferiu-se para o Rio de Janeiro com a corte, onde coordenou a fundação da Academia Médico-cirúrgica da Corte e do Estado do Brasil, da qual seria diretor dos estudos.

Naqueles anos, portanto, a instituição era conduzida por ilustrados que iniciavam suas carreiras ou que se encontravam em situação desfavorecida por terem sido condenados pela Inquisição. Alguns eram conhecidos leitores de livros proibidos e foram, em algum momento,

considerados divulgadores de idéias perigosas. Contudo, tais homens encontravam-se na Casa Pia sob os auspícios do temido Pina Manique.

O intendente esforçou-se para conseguir meios que garantissem a qualidade dos trabalhos da Casa Pia e, após a morte de Anastácio da Cunha, assumiu a responsabilidade pelos estudos. Manteve os planos iniciais elaborados por Cunha, mas providenciou a expansão das atividades da Casa com a abertura de aulas públicas, como seria a Academia de Nu.

Em janeiro de 1805, pouco antes de falecer, Pina Manique apresentou uma síntese dos resultados obtidos pela Casa desde sua criação. A inclusão de muitos dos egressos em importantes empregos régios seria o principal indicador de que o modelo de educação implantado por ele e por José Anastácio da Cunha havia sido muito bem sucedido:⁹

Recontar os progressos que tem feito a Casa Pia no decurso de 23 anos, que está estabelecida, sustentando-se da indústria, economias e escolas que antigamente concorriam à mesma Casa e o fruto que se tem tirado deste estabelecimento, dos alunos dos Colégios da Casa Pia. Tem esta quatro Lentes atuais com Cadeiras na Universidade de Coimbra, três na Academia da Marinha e Fortificação, e um Oficial desta, atualmente empregado na edificação da Praça d'Almeida; Brigadeiros; Oficiais nos Corpos de Artilharia; e do exército, na Brigada Real da Marinha; Capitães Tenentes, Capitães de Fragata, muitos mestres e prelados nas ordens regulares, até um Arcebispo. – Além disto muitos Artistas, na Pintura Francisco Vieira, Domingos de Sequeira e Manoel Dias; na Escultura, João José de Aguiar e outros, como é constante a V. Ex^a, que ouviu dizer ao grande Escultor do rei da Prússia, que o dito Aguiar era já contemplado em Roma como grande Escultor da Europa; na Gravura o Valle, que está na Casa da Moeda, e outro na Impressão Régia; outro no Jardim Botânico; e o Ilmo Exmo Sr conde de Villa Verde também viu em Roma Colégios das Belas Artes. Tem em si a Casa Pia mais de 700 pessoas, em que se compreendem órfãos de um e outro sexo, moços desamparados pelos Pais, aplicados já nas Artes e manufaturas, e Cirurgia nas Aulas do Hospital Real, e ao Comércio, à Fortificação e à Marinha nas Aulas respectivas e nas do Colégio dos Nobres, à Física e Matemática, e outros aprendendo na mesma Casa a ler, escrever e contar, e as línguas vivas, a Gramática Latina e o Desenho.

No final da vida, Pina Manique teve grandes dificuldades para manter seu projeto. Os tempos eram difíceis e os colégios no estrangeiro já haviam sido fechados. O reino sofrera com a Guerra das Laranjas em 1801. As pressões advindas das disputas de poder na Europa

⁹ Pina Manique desejava conseguir o apoio do secretário de Estado do reino, conde de Vila Verde, para solucionar uma longa disputa legal entre a Casa Pia de Lisboa e a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro referente ao destino da herança do comerciante António de Souza Ribeiro, residente no Brasil, mas que deixara em testamento seus bens para a Casa Pia de Lisboa. A disputa teve início em 1799 e só veio a ser resolvida após a morte do intendente. O valor disputado era de 26.331\$379 réis, suficientes para o pagamento das dívidas e o sustento temporário da Casa.

napoleônica exigiam do governo grandes montantes, e a Casa Pia havia perdido sua participação na loteria da Santa Casa de Misericórdia. Havia uma inflação elevada, e, para tornar a situação ainda mais delicada, a fundação da Real Cordoaria da Junqueira substituíra as oficinas criadas por Pina Manique para a produção de lonas, brins e tecidos de algodão, que haviam sido uma das fontes de renda da Casa Pia. Além disto, o aumento do poder de pressão dos franceses nos assuntos internos de Portugal resultou no seu afastamento da Intendência Geral de Polícia em decorrência de sua notória perseguição aos franceses e aos difusores daqueles ideais em terras lusas.

Com a morte daquele intendente, em 30 de junho de 1805, a Casa Pia a cargo do novo intendente, Lucas de Seabra da Silva. Uma de suas primeiras medidas foi ajustar os gastos aos rendimentos disponíveis. O foco da instituição passou a ser o que hoje se chamaria de cursos profissionalizantes, as “Artes Liberais e Mecânicas”, cujo ensino era menos dispendioso e, “posto que menos graduados na estimação civil, nem por isso são menos úteis ao Estado”, defendia Seabra. Em sua opinião, não era mais necessário fazer investimentos na formação de médicos ou professores de ciências naturais, cuja quantidade já seria suficiente, e, apesar de existirem grandes talentos “na confusão da última classe de Cidadãos”, ponderava sobre a raridade dos mesmos. Por fim, propôs o fechamento do estabelecimento em Coimbra, o que foi aprovado por d. João VI com a exigência de que os alunos que comprovassem condições intelectuais de continuar os estudos recebessem um auxílio para sua manutenção. (ANTT, IGP, Papéis diversos, 1805).

Em finais de 1807, a Casa Pia foi fechada e o Castelo de São Jorge ocupado pelas tropas de Junot. Encerrava-se assim a primeira fase da história daquela instituição.

Fontes e Referências

Fontes

ANTT, Fundo: Intendência Geral de Polícia, Livros I, II e III.

ANTT, Intendência Geral da Polícia, Papéis diversos, maço 3, n. 71. *Regras para os estudos e colégio da Real Casa Pia de Lisboa*, publicadas em: TAVARES, Adérito e PINTO, José dos Santos. “Documentos”. In: *Pina Manique: um homem entre duas épocas*. Lisboa: Casa Pia de Lisboa, 1990.

ALMEIDA, António de. “Anaes Vaccinicos de Portugal.” *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Typographia da Academia, 1816.

SANCHES, António Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Universidade da Beira Interior: Covilhã, 2003, p. 25. Disponível em http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/cartas_educacao_mocidade.pdf, acessado em 12/12/2007.

SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Typographia Maignrense, 1828, pp. 731-737.

Referências

ARAÚJO, Ana Cristina. *A cultura das Luzes em Portugal. Temas e problemas*. Lisboa : Livros Horizonte, 2003.

BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil*. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: UFJ; 2006.

COELHO, José Maria Latino. *História política e militar de Portugal desde os fins do XVIII até 1814*. Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

COSTA, Fernando Dore. “O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar.” In: *Análise Social*, vol. XXXIII (149), 1998 (5°).

CURTO, Diogo Ramada. “D. Rodrigo de Souza Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego”. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (org.) *A casa literária do Arco do Cego 1799-1801*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1999, pp. 15-49.

ESTRADA, Maria Fernanda. “José Anastácio da Cunha: Vida e Obra” In: RALHA, Maria Elfrida (org.) *José Anastácio da Cunha. O tempo, as Idéias, a Obra e... Inéditos*. Braga: Universidade do Minho/Arquivo Distrital de Braga, 2006, p. 99 – 127.

FERRO, João Pedro (ed.) *O processo de José Anastácio da Cunha na Inquisição de Coimbra. Introdução, transcrição e notas*. Lisboa: Palas, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GOUVEIA, António Camões. “Estratégias de interiorização da disciplina”. In HESPANHA, António Manuel (org.). *História de Portugal*. IV volume: O antigo regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MALATO, Maria Luísa & MARINHO, Cristina Alexandre (Ed.). *José Anastácio da Cunha: obra literária, Vol. 1, Poesia*. Porto: Campo das Letras, 2001. Idem, ibidem, vol. 2, 2006.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. “Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779”. Em: *Educar, Curitiba*, n. 25, p. 39-57, 2005.

QUEIRÓ, João Filipe. “José Anastácio da Cunha: um matemático a recordar, 200 anos depois”. Disponível em: <http://www.mat.uc.pt/~jfqueiro/cunha.pdf>, consultado em 02/04/2007.

RAMOS, Luís A. de Oliveira (Ed.). “Sobre os ilustrados da Academia de Coimbra”. Em: idem. *Estudos em homenagem a João Francisco Marques. Vol. II*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.

_____. “A irreligião filosófica na província vista no Santo Ofício pelos fins do século XVIII”, in: *Revista da Faculdade de Letras: História*. Universidade do Porto, n. 5, 1988, pp. 173-188.

SILVA, Andrée Mansuy Diniz. *Portrait d' un homme d'état: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812*. Volume I. Paris : Centre Culturel Calouste Gulbenkian Lisbonne, 2002.

SILVA, César da. *Real Casa Pia de Lisboa*. Lisboa: Typographia Brito Nogueira, 1896.

SUBTIL, José. “Os poderes do centro: Governo e Administração.” In: HESPANHA, António Manuel (org.) *História de Portugal, vol. IV – O Antigo Regime (1620-1807)*. : Lisboa: Editorial Estampa, 1998, PP. 141-173.